



**Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
Estado do Espírito Santo

**Art. 2º** A comissão levantará todos os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público da Câmara Municipal, identificando-os com o nº do registro no patrimônio, descrevendo sucintamente as suas características, quanto aos imóveis a área construída e a localização respectiva e demais elementos úteis e, se possível o ano em que o bem foi construído ou adquirido pela Câmara, os dados escriturais, quando imóveis e o documento fiscal da compra, quando móveis.

**Art. 3º A COMISSÃO** atribuirá valor aos bens, adotando o seguinte critério:

**I** – aos terrenos será atribuído o valor da compra e venda, atualizando monetariamente;

**II** – às construções será atribuído o valor de construção, atualizado monetariamente pelo índice de variação do IGP-M/FGV;

**III** – quando a origem da aquisição do terreno for a doação, será atribuído ao terreno situado em área urbana o valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)** por metro quadrado.

**IV** – às construções às quais não foi possível identificar o preço de custo, para a correção monetária, será atribuído o valor de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)** por metro quadrado;

**V** – aos veículos será atribuído o valor de aquisição atualizada monetariamente e depreciado nos moldes da legislação vigente utilizando-se para este fim a tabela FIPE;

**VI** – aos móveis e utensílios será atribuído o valor de compra, atualizado monetariamente, e depreciado nos moldes da legislação vigente;

**Parágrafo Único.** Se nenhuma das formulas para atribuir aos bens móveis e imóveis, valor que seja considerado razoável, a Comissão poderá atribuir valor consumo, valendo-se de informações obtidas no comércio ou com profissionais especializados nas respectivas áreas.

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 21 de dezembro de 2012.

  
**NELSON MIERTSCHINK**  
Presidente da Câmara Municipal